Qualis A1
Arte | Educação | Filosofia | História |
Interdisciplinar | Linguística | Literatura

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

O CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UFMA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE ARTE

THE ART EDUCATION COURSE AT UFMA: IMPLICATIONS FOR TEACHER TRAINING AND ART TEACHING

EL CURSO DE EDUCACIÓN ARTÍSTICA EN LA UFMA: IMPLICACIONES PARA LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO Y LA ENSEÑANZA ARTÍSTICA

Walter Rodrigues Marques[1]
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo -FEUSP, São Paulo/SP, Brasil

Resumo

O artigo discute o ensino de arte no Maranhão, refletindo sobre a criação do curso de Educação Artística da UFMA em 1972, como chegou em 2024, quais as implicações para o ensino e formação docente e no que isso reverberou para a arte e seu ensino na Educação Básica e Ensino Superior. Discute aspectos da atuação profissional e questiona o porque a área de arte, especialmente, as visuais, são tão marginalizadas, onde profissionais formados em outras áreas podem adentrar e se tornarem professores, o que não ocorre em outras, pois os editais são fechados nas formações. Em mais de 50 anos de existência, o curso ainda permanece como nasceu, não criou um Programa *stricto sensu*, forçando os nele formados a buscarem qualificação fora do Estado.

Palavras-chave: Ensino de Arte. Arte no Maranhão. Implicações e reflexões.

Abstract

The article discusses art teaching in Maranhão, reflecting on the creation of the Art Education course at UFMA in 1972, how it came to be in 2024, what the implications were for teaching and teacher training and how this has reverberated for art and its teaching in Basic Education and Higher Education. It discusses aspects of professional performance and questions why the field of art, especially the visual arts, is so marginalised, where professionals trained in other areas can enter and become teachers, which does not happen in others, because the public notices are closed on training. After more than 50 years of existence, the course is still as it was born, it hasn't created a stricto sensu programme, forcing graduates to seek qualifications outside the state.

Keywords: Art Teaching. Art in Maranhão. Implications and reflections.

[1] Bolsista de doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

RODRIGUES MARQUES, Walter. O CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UFMA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE ARTE . **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 65, N. 65, p. 1-23, setembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

Resumen

El artículo aborda la enseñanza del arte en Maranhão, reflexionando sobre la creación del curso de Educación Artística en la UFMA en 1972, cómo surgió en 2024, cuáles fueron las implicaciones para la enseñanza y la formación de profesores y cómo esto ha repercutido en el arte y su enseñanza en la Educación Básica y en la Educación Superior. Se discuten aspectos de la actuación profesional y se cuestiona por qué el campo del arte, especialmente las artes visuales, está tan marginado, donde profesionales formados en otras áreas pueden ingresar y convertirse en profesores, lo que no ocurre en otras, porque las convocatorias públicas están cerradas a la formación. Después de más de 50 años de existencia, el curso sigue como nació, no ha creado un programa stricto sensu, obligando a los graduados a buscar titulaciones fuera del Estado.

Palabras clave: Enseñanza del Arte. Arte en Maranhão. Implicaciones y reflexiones.

A COMPLEXIDADE DA ARTE

A arte por si só, já é complexa. Seu ensino e fruição carecem de tempo e reflexão. Com a pesquisa, não é diferente. Desta forma, temos a arte como uma área do conhecimento que é demasiado complexa. Arte envolve música, teatro, performance, dança, pintura, escultura, fotografia, cinema, instalação, circo, artes na *web*, e até pouco tempo, arquitetura, que agora é da área da engenharia. Quanto à nomenclatura, a Capes considera para área de avaliação a denominação Artes/Música (Brasil, 2013). O componente curricular Arte de acordo com os parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1997;1998), se divide na Educação Básica em: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. As práticas escolares em Arte no Maranhão, geralmente, giram em torno dos componentes Artes Visuais (maioria), seguidas por Música, depois Teatro. Restando para a Dança, o quarto lugar nas práticas escolares, pois como não há essa licenciatura no Maranhão, infere-se que aqueles que ensinam Dança, ou são formados fora do Estado, ou a ministram por aptidão. Não se trata, pois, nesse contexto, de preconceitos, mas da oferta de cursos (Selbach, 2010).

O percurso da oferta de um curso superior em Arte no Maranhão foi iniciado em 1972 com a criação do curso de Educação Artística (com as habilitações Desenho e Plástica); as licenciaturas em Teatro e Música só foram implementadas

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

a partir de 2000, não tendo projeto para Dança até o momento, pelo menos que seja de conhecimento público.

No chão escola e no imaginário social, a Arte/arte não recebe seu devido valor e muito menos é considerada em sua complexidade. Selbach (2010) chama a atenção para a banalidade com que a arte é tratada, pois, para muitas pessoas, inclusive, gestores, qualquer pessoa é capaz de ministrar uma aula de Arte. Esse pensamento é um resquício das incursões iniciais do currículo no Brasil, o *laissez-faire*. Essa herança nada exitosa é perene na *História da arte* e sua dissolução tem se mostrado extremamente complexa. Portanto, é necessário que alguns esclarecimentos sobre o que é e qual é o lugar da arte na sociedade e qual é o lugar da Arte na escola, sejam feitos. Será discutida a oferta da graduação em arte (área) e suas implicações no ensino nas redes pública e privada.

Não se trata de uma pesquisa empírica, mas da análise de documentos oficiais como resoluções, pareceres sobre a criação dos cursos. Essa análise busca fundamentos na discussão com bibliografias sobre as implicações que a arte exerce no fazer dos docentes formados, sobretudo, no curso de Educação Artística. Desta forma, para situar o leitor, o artigo apresenta o histórico da Universidade Federal do Maranhão, seguido do histórico do Departamento de Artes. Discorrerá, em seguida, sobre quais implicações o curso de Educação Artística e seus mais de 50 anos tiveram na vida e carreira docente dos que nele se formaram. O artigo objetiva por meio dessa discussão e análise, perguntar o porquê este curso que, segundo Soares e Barros (2022), é um dos mais antigos do Brasil quando surgem os primeiros cursos de Licenciatura Plena em Educação Artística, na década de 1970, não conseguiu avançar academicamente em termos de Pós-Graduação *latu* e/ou *stricto sensu*. Levantou-se a hipótese de que, como uma parte do corpo docente se manteve nos níveis de graduação e especialização, isso impossibilitou o curso de pleitear um mestrado. Todavia, essa barreira já foi superada em número de doutores faz bastante tempo, mas o curso de Educação Artística da UFMA, permanece como nasceu 53 anos atrás.

HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)[2]

[2] O histórico da UFMA foi retirado do site <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) nem sempre teve a configuração que hoje se apresenta. Conforme dados retirados de seu *site* na:

> A Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976 de 31/12/1959 dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior- SOMACS, que fora criada em 29/01/1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criar uma Universidade Católica.
> A Universidade então criada, fundada pela SOMACS em 18/01/1958 e reconhecida como Universidade livre pela União em 22/06/1961, através do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, sem a especificação de católica no seu nome, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).
> Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propõe ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) - instituição isolada particular.
> Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973), a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão.
> No dia 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, no prédio "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco". "[...] A história da Universidade Federal do Maranhão, suas relíquias e seus tesouros patrimoniais e arquitetônicos, estão catalogados e em exposição permanente no Memorial Cristo Rei, na Praça Gonçalves Dias (Histórico da UFMA, NP).

O Palácio Cristo Rei, prédio que foi sede da Reitoria da UFMA, é um marco da arquitetura colonial de São Luís e foi construído em 1877, pertencendo a uma tradicional família maranhense que, posteriormente o doou para o Clero. O prédio tornou-se a primeira Diocese da capital maranhense e depois, a Faculdade de Filosofia (Histórico da UFMA, NP).

HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE ARTES (DEART-UFMA)

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

O Departamento de Artes da UFMA (Deart/UFMA) congregava os três cursos da área: Educação Artística/Artes Visuais, Música e Teatro até 2017, quando ocorreu a fragmentação e os dois últimos criaram seus próprios departamentos e o Deart se torna DEARTV.

> O Deart oferece disciplinas para os cursos de Licenciatura em Educação Artística, Artes Visuais (presencial e a distância), Música, Teatro (presencial e a distância), Pedagogia (presencial, Proeb e Profebpar) e os Bacharelados em Turismo, Design, Comunicação Social e Ciências Imobiliárias, enfatizando disciplinas que trabalham as Artes em suas diferentes linguagens. Em relação à pós-graduação, o Deart faz parte do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) e do Mestrado Profissional em Artes (ProfArtes)[3] (DEART/UFMA, NP).

O site destaque que o Deart promove algumas ações como os projetos a seguir: “Dentre os diversos projetos desenvolvidos pelo Deart, destacam-se a Biblioteca Setorial de Artes, o Pólo UFMA Arte na Escola, o Festival Universitário Ponto de Vista, e o Festival de Violão da UFMA”[4] (Deart/UFMA, NP). Aqui já se nota um dos pontos aos quais se reclama, que é o fato de que não há pós-graduação proveniente do curso de Educação Artística, pois o PGCULT e o Profartes são iniciativas de outros programas.

Fundado na década de 1970 em função da criação do curso de Licenciatura em Educação Artística, o Departamento de Artes da Universidade Federal do Maranhão (Deart/UFMA) contava com professores-artistas renomados no cenário maranhense e nacional, entre eles nomes como: Pazzini, Tácito Borralho, Padilha, Eugênio Araújo, Lobato, Paulo César, Mércia Antunes, Isabel Mota, Aldo Leite, Donato, Arão Paranaguá, Estrelinha e Murilo Santos. O Deart agregava, até 2017[5], docentes especialistas nas linguagens artísticas de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, sendo até então um dos maiores setores da instituição.

Assim, a contribuição diferencial do Deart para a UFMA é, sua produção artística, técnica e teórico-cultural, tendo também provido valiosas contribuições ao patrimônio histórico-cultural do Maranhão por meio do ensino e da produção

[3] Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44674. Acesso em: 14 jan. 2025.
[4]Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44674. Acesso em: 14 jan. 2025.
[5] Conforme o PPC – Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em Artes Visuais (revisão), o Chefe do Departamento de Artes, era o Prof. Dr. Antonio Francisco de Sales Padilha, do curso de Música. O Deart foi desmembrado em Departamento de Música e Departamento de Artes Cênicas, porém, esses dois não fazem parte dessa análise.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

artística. Ressalta-se que os três cursos de arte da Universidade (Artes Visuais, Teatro e Música) são licenciatura e ainda assim, os docentes e discentes desses cursos, não se limitam somente em ministrar aulas, mas produzir conteúdo nas diversas vertentes que a arte proporciona como artistas plásticos e/ou visuais, audiovisuais, atuação no campo da cena, da música e da dança.

A Licenciatura em Artes Visuais da UFMA foi aprovado por meio da Resolução Nº 125-Consun, de 24 de maio de 2010, substituindo o curso de Licenciatura em Educação Artística (UFMA/Res. Consun 125, 2010) e que em 2017, passa por revisão.

No intuito de discutirmos as implicações do ensino de arte no Maranhão e a formação de corpo docente para atuação na área, tecemos detidamente, alguns pontos caros à arte no Maranhão assim como a própria reflexão sobre o tema já se configurar como uma ação que busca situá-la no lugar de área de conhecimento e que merece ser valorizada, pois a arte tem profundo impacto na vida humana e isso precisa ser reconhecido e valorizado como parte da sociedade. Silva (2016), enfatiza a importância do ensino da arte na educação, temos essa percepção do quanto a arte é importante assim como também sabemos do lugar em que ela ocupa e que deveria ocupar na sociedade.

REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE ARTE NO MARANHÃO

> "Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário" (Paulo Freire[6]).

Começamos com Paulo Freire, o patrono da educação no Brasil e o educador brasileiro mais respeitado no exterior. A epígrafe acima serviu, assim como aqui, para abrir a discussão de dois editoriais de periódicos da área da psicologia dedicados ao sofrimento psíquico. Há uma linha bastante tênue entre a

[6] De acordo com: MELO, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e et al. Editorial 13(4). **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-6, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2025, a citação é da obra: Freire, P. (1997). Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A.; a citação figura também em: SOLDERA, Lucas Martins. Precarização e sofrimentos: para além de uma editoração. **Psicologia em Estudo**, v. 26, p. e61595, 2021.

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

prática docente e o sofrimento psíquico, pois muitos são os atravessamentos que perpassam essa nossa prática docente que nos levam a refletir sobre nosso ser social, político, econômico, educacional e, condição psicológica.

Ensinar Arte é, por si só, um ato de resistência. As forças opositoras à prática artística convergem de todos os lados. As políticas públicas para o ensino de Arte são mais restritas do que em disciplinas do mesmo grupo (linguagens, códigos suas tecnologias), a exemplo, da Língua Portuguesa e, Inglesa. Um bom exemplo é a realização de Olimpíada de Língua Portuguesa. E, por que não há Olimpíada de Arte? Assim como a Língua Portuguesa ensina a escrever, ler e interpretar, a Arte também alfabetiza – visual e perceptivamente. Ana Mae Barbosa (2012) é uma defensora da alfabetização visual dos estudantes. A arte tem seus códigos, ensina ler e interpretar o mundo. Questiona-se o porquê de o alfabetismo visual ter sido preterido porque propõe a reflexão aprofundada, o pensamento sobre a realidade objetiva, ou seja, a subjetividade, a busca pela catarse do ser e estar no mundo? De acordo com Tourinho (2012) e Marques (2021), a arte é indispensável para a aquisição do conhecimento, pois influencia cognitivamente no processo de aprendizagem. Dessa forma, não deve ser desprezada em detrimento de outras disciplinas.

A arte tem essa função. A função de buscar na mais profunda intimidade do ser humano, o que está encoberto pelas mais profundas camadas provocadas pela sociedade. A Arteterapia tornou-se um campo de atuação que congrega arte e psicologia para buscar resgatar o ser humano de amarras que o prendem no subconsciente. O Surrealismo explorou os limites da consciência humana utilizando os pressupostos da Psicanálise. Esta difere da Psicologia [ou parte dela] porque não busca oferecer a cura dos complexos problemas humanos, mas sim confrontá-los, fazer com que o sujeito enfrente suas inquietações por meio do reconhecimento e aceitação de que esse sujeito tem um problema que precisa ser enfrentado. Apreciar uma obra de arte requer, no mínimo, a aceitação de que não se sabe o que ela significa, mas que oferece algo para o sujeito que a aprecia, que pode ser uma sensação de paz, mas também de angústia, pois a relação que o sujeito estabelece com a obra de arte, seja de alegria ou de tristeza, tem a ver com o estado psíquico-emocional desse sujeito e não, necessariamente, características plásticas formais da obra – significados prontos e acabados, informativos. Colocar-

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

se diante de uma obra de arte e apreciá-la é colocar-se diante de um psicanalista/analista. A obra não fala, mas diz e diz muito sobre aquele que a aprecia. E diz para o sujeito que a confrontou. Ela não fala, mas grita para o sujeito/apreciador.

Schlichta (2009) questiona se há um lugar para o ensino de Arte na escola. Considerando o tempo que lhe é dado no currículo escolar, a resposta é, possivelmente, não. Não há lugar para a Arte na escola. Dois horários de 50 minutos por semana, é no mínimo, esdrúxulo, para pensar em fazer arte na escola. Para Antonio Nóvoa (2024), a escola precisa se transformar para oferecer qualidade no ensino, mas antes de transformar a escola, a educação precisa se transformar. Ou seja, é preciso que a estrutura física e intelectual (o prédio e as pessoas que nela atuam sejam inclusivas) se transforme, mas também é preciso que as políticas educacionais se transformem, pois de nada adianta a balança pender para apenas um lado.

E porque então, estamos enquanto professores de Arte, na escola ministrando 100 minutos de aula por semana e dizendo que estamos fazendo arte? Recai aqui, a reflexão sobre as políticas públicas para a arte. O ideal seria um tempo para fazer arte fora do espaço/tempo, em que a atividade prática não estivesse atrelada a um currículo fechado e com tempo determinado. A mesma reflexão recai sobre as outras disciplinas, basta refletir sobre quaisquer delas em nossa formação do Ensino Médio, quanta lacuna ficou em nosso aprendizado. Mas ainda estamos buscando o que chamam de lugar ao sol. A Arte na escola ainda precisa se fixar com identidade e alfabetismo visual. Todavia, é o que se tem e é nesse curto espaço de tempo que devemos provocar a catarse em nossos estudantes/educandos.

É preciso que se pense com a noção de conjunto, os arte/educadores precisam lutar juntos, para conquistar um lugar de fato para a disciplina nos quatro pontos cardeais do Brasil. Depois, buscar um lugar para a Arte na escola. O modelo de escola integral permite pensar o pleno desenvolvimento da Arte (e da educação) na escola. Mas um entrave se apresenta para o pleno desenvolvimento disso – o currículo engessado – ou pelo menos, o engessamento de seus operadores. Retoma-se novamente Nóvoa (2024) para explicitar que a educação precisa mudar para que o futuro possa mudar, mas que para isso é preciso que a

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

escola mude, que o currículo mude, que haja de fato, inclusão na educação e não apenas nas políticas educacionais que não chegam no chão da escola.

O pensamento da burocracia no Brasil é tão retrógrado que não consegue dar liberdade ao operário para executar sua tarefa, mesmo que este operário possa e ofereça uma alternativa melhor e mais eficiente para executá-la. A noção de comando e tão visual que se o chefe não estiver olhando o que o operário estar fazendo, é como se este não estivesse executando. Entregar a tarefa pronta não é uma alternativa, é necessário que se veja fazendo. Esse é o mal dos operadores [vigias] de currículos – o engessamento das práticas. Se não for feito de acordo com seus preceitos, não serve, não é válido.

Por que uma escola de tempo integral precisa de um currículo tal qual uma escola de ensino regular de um turno? Partimos da premissa de que isso não tem a ver com querer garantir aprendizagem, mas sim assegurar que haja mão de obra operária cumprindo cargas horárias no ambiente de trabalho. Ou seja, manter um professor os cinco dias da semana, das 7 às 17 horas no ambiente escolar sem o devido tempo preenchido com atividades escolares. Esse é o modelo integral do Maranhão. Inferimos que isso tem a ver com o vigiar e punir foucaultiano.

> Sob a suavidade ampliada dos castigos, podemos então verificar um deslocamento de seu ponto de aplicação; e através desse deslocamento, todo um campo de objetos recentes, todo um novo regime da verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. Um saber, técnicas, discursos "científicos" se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir (Foucault, 1987, p. 26).

Chiarella *et al.* (2015, p. 418) pensa a formação de sua classe profissional a partir da perspectiva de que "A pedagogia de Paulo Freire apresenta uma visão crítica do processo ensino-aprendizagem enquanto processo de emancipação política e de ação transformadora da realidade". Seguimos tal perspectiva, a Arte na escola funcionaria de fato se os professores e seus educandos pudessem elaborar seus próprios projetos artísticos, suas próprias produções e pudessem criar o sentido, o significado, a semântica, fruindo a cada contato com as obras produzidas em um ciclo virtuoso de ressignificação. Para Paulo Freire, é preciso respeitar aos saberes dos educandos. Segundo o autor:

> Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos,

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

> sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (Freire, 1996, p. 17).

De acordo com Marques *et al*. (2020, p. 64471), "A prática docente contemporânea precisa dar sentidos a esse fazer do professor de Arte e aos educandos. Os saberes e conhecimentos artísticos da Arte, precisam ter significado. Possivelmente este caminho seja o único para a Arte ter um lugar na escola". É dessa prática contextual que Nóvoa (2024) está falando. Está em concordância com o que disse Paulo Freire (1996) assim como também defende Arroyo (2013). Quando Arroyo (2013) diz que o currículo precisa ser libertador, cabe uma reflexão: não seria necessário, primeiro, que este currículo se libertasse antes? Enquanto esse currículo escolar estiver engessado na vigilância do fazer do professor, no controle de seu tempo e espaço, a aprendizagem estar fadada ao fracasso e junto a ela o ensino de Arte. A inserção do ensino de arte no Brasil já começa nivelando a atuação com base na exclusão, pois, chega primeiro no Ensino Superior. "O ensino de arte no Brasil (nível superior) se deu oficialmente com a chegada da Missão Artística Francesa em 1816, pelo Decreto do mesmo ano, de D. João VI criando o ensino artístico no Brasil na Escola de Ciências, Artes e Ofícios" (Barbosa, 2006; Marques *et al*., 2021, p. 32396). Rocha e Marques (2021, p. 38979), destacam "[...] que em 1816 foi criada a Academia Imperial de Belas Artes concebida no Rio de Janeiro, sob os princípios do neoclassicismo trazido da Europa, definindo assim a instalação oficial do ensino artístico no Brasil". Ou seja, foi excludente desde a implantação.

PRÁTICAS ESCOLARES E O ENSINO DE ARTE NO MARANHÃO

Conforme Ataíde e Wolffenbüttel (2024), foi no contexto da Reforma da Educação dada pela LDB 5.692/71 que: "Houve a inclusão da Arte como disciplina obrigatória no currículo, representando uma mudança significativa na concepção educacional, com um papel mais amplo e humanístico, voltado para a formação

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

integral do indivíduo e desenvolvimento da sensibilidade estética". Os autores ressaltam o quão importante foi essa LDB. Apontam, contudo, que a polivalência foi criada devido às ambiguidades que a letra da Lei trouxe, pois não definia quais linguagens deveriam ser ensinadas: se Música, Artes Plásticas, Artes Cênicas ou Desenho. Ressaltam que se reconhece a importância do avanço da Lei em relação à arte, mas o direcionamento para a polivalência, esvaziou conteúdos específicos, fragmentando práticas pedagógicas, o que prejudicou a aprendizagem em arte.

A arte na escola maranhense (e isso não é uma realidade apenas no Maranhão) tende a ser exercida por um professor que não é formado no componente curricular Arte e sua subdivisão (Artes Visuais, Teatro, Música, Dança). Vários são os colegas que assumem turmas de Arte, sem serem habilitados na área e nos pedem planos de aula. Com base na própria história da arte que erroneamente direcionou o conhecimento popular para o pensamento de que arte[7] é apenas pintura, a formação de professores em arte se concentrou muito nas Artes Visuais[8] (AV). Destaca-se que estamos falando do contexto maranhense em que a própria dinâmica e condição de acesso ao ensino superior corrobora com isso, pois o primeiro curso em solo maranhense foi o de Educação Artística (habilitação Artes Plásticas e Desenho) na UFMA, ainda na década de 1970. Dessa forma, os cursos de Teatro e Música licenciatura da UFMA só foram aprovados a partir dos anos 2000. Conforme Soares e Barros (2022), o curso de Teatro é iniciado em 2004 e o de Música em 2007. O destaque feito por Ataíde e Wolffenbüttel (2024) sobre a importância da Lei n. 5.692/71 é retomado por Nascimento (2019) sobre as mudanças por que passou a nomenclatura do curso de Educação Artística.

> Na inter-relação Arte e ensino, alguns termos foram sendo usados no Brasil: Educação Artística, Arte Educação, Educação por meio da Arte, Arte e seu Ensino. O termo Educação Artística foi instituído oficialmente, a partir da Lei 5692/71, por meio da qual foram implantados os cursos de Licenciatura Curta, com duração de dois anos e conteúdos polivalentes e concomitantes: Artes Plásticas, Música, Teatro e Dança, em uma visão redutora e adversa a algumas experiências significativas no Brasil e aos pressupostos da Educação por meio da Arte (Nascimento, 2019, p. 65).

[7] Vale ressaltar o desprezo dispensado à disciplina e ao professor que a ministra – tanto institucional quanto na comunidade escolar assim como na sociedade.
[8] Formação de corpo docente em nível superior (ainda que polivalente) para atuar nos cursos de Educação Artística, na década de 1970.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

O Maranhão ainda não conta com uma licenciatura em Dança. E, ainda que a Lei n. 11.769/2008 (Brasil, 2008) institua a obrigatoriedade do ensino de Música nas escolas, essas práticas ainda são pouco visíveis nas escolas maranhenses[9]. Schaeffer e Wolffenbüttel (2024) discutem a inserção da Música na Educação Básica considerando as mudanças legislativas no tocante a isso e como diferentes interpretações da Lei e a gestão pública têm se comportado no tocante a essas mudanças e leis já existentes. Os autores comparam o que traz a Lei n. 11.769/2008, que a Música é componente curricular obrigatório, mas não exclusivo, com exemplos de municípios que é componente curricular específico[10].

> Na década de 1970, o país sofreu uma mudança no cenário político com o Governo Militar, o que modificou o currículo da educação musical, que foi limitada somente ao ensino geral da Arte, ou seja, a música, o teatro, a dança e as pinturas não seriam mais exploradas de forma livre e específica, mas em uma só disciplina denominada Educação Artística (Loureiro, 2001 *apud* Nascimento, 2019, p. 35).

O Teatro e a Música, as disciplinas do componente curricular Arte que aparecem como práticas escolares logo depois de AV. Dança, muito provavelmente, se praticada, é por profissional que a adquiriu fora do Estado.

Destaca-se neste artigo, experiências exitosas que partiram da reflexão do papel da arte na escola. Dada a oportunidade de cursar um mestrado em Gestão do Ensino de Educação Básica, as cartas foram postas à mesa. Qual das linguagens da arte estudadas na graduação em Educação Artística da UFMA poderia ser objeto dessa oportunidade? A pintura, a fotografia, a escultura, a gravura, a cerâmica? Esta última foi a escolhida. E por quê? O Brasil é exclusivamente indígena até 1500 e é somente a partir daí que o europeu e africano passam a compor a população. A pesquisa de campo para a elaboração do caderno educativo[11], buscou investigar, portanto, a relação da cerâmica com o

[9] O parâmetro da afirmação baseia-se no tempo do que se forma em Artes Visuais em relação à Música e ao Teatro.
[10] Cita as pesquisas: ERTEL, Daniele Isabel; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Uma pesquisa sobre a presença da Música nas escolas públicas municipais da Região do COREDE do Vale do Caí, RS. Seminário Nacional de Arte e Educação, n. 24, p. 192-199, 2014; FLACH, Josué Tales; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A Música nas escolas públicas municipais da Região do COREDE do Vale do Taquari. 24oSeminário Nacional de Arte e Educação, Anais..., p. 518-525, 2014.
[11] Material didático/pedagógico criado pelo mestrando/doutorando da modalidade *stricto sensu* profissional, em que este realiza pesquisa bibliográfica para elaboração e aplicação no contexto/realidade da pesquisa. Em algumas situações, realiza-se uma pesquisa de campo para fundamentar a necessidade interventiva.

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

cotidiano dos estudantes, considerando-a uma prática ancestral, uma vez que continua tendo uma certa utilidade nesse cotidiano como filtros e potes para armazenamento de água ou mesmo *souvenires*. Leite Filho (2003) direciona a pesquisa de campo para Humberto de Campos e Rosário – território conhecidos pela fabricação de objetos cerâmicos – que indicam ser a cerâmica, tanto uma prática quanto um saber ancestral. Essa foi a motivação para que a cerâmica fosse estudada e desenvolvida como atividade em sala de aula, com caráter identitário, ancestral, e que pudesse denotar pertencimento naqueles estudantes.

Desta forma, na perspectiva freiriana, sondou-se os alunos se conheciam a cerâmica e se utilizavam os objetos/vasilhames cerâmicos em suas casas. Relataram que ou ainda utilizavam ou já tinham utilizado, e ainda que na casa em que moravam não tinha mais, mas na casa dos avós sim. Os objetos eram potes, filtros, tigelas e de decoração (*souvenirs*). A tarefa seria fazer com que reconhecessem que a cerâmica fazia parte de suas ancestralidades, que antes da vida moderna, os objetos de casa eram esses acima descritos. Que ela [a cerâmica] fazia parte de suas histórias, de suas heranças, portanto, pertencimento identitário. Concluiu-se o mestrado com um produto educacional e uma dissertação sobre cerâmica no ensino de Artes Visuais (Marques, 2019).

A Cerâmica é uma disciplina do antigo curso de Educação Artística da UFMA que sobreviveu e está presente na estrutura curricular de Artes Visuais, porém, só há um professor no corpo docente que é especialista manejo do barro. Considerando que a cerâmica se insere no campo das artes visuais, no Ensino Médio, ela seria conteúdo e não disciplina, pois a disciplina é Arte (com as 4 linguagens). Nossa proposta no mestrado foi a de inseri-la enquanto tal, não podendo pretender criar uma quinta linguagem, pois o currículo da Educação Básica não permite. Dessa forma, a cerâmica foi estudada na disciplina de Arte (AV) por meio do caderno educativo (fig. 1), uso em estabelecimento comercial (fig. 2) e, a prática, destacamos nas figuras subsequentes, em que o fazer no manejo com o barro com os estudantes, subsidiou a escrita da dissertação.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

Figura 1 - Capa do material didático-pedagógico



Fonte: Marques (2019).

Figura 2 – Vasilhas cerâmicas restaurante Cozinha Ancestral – Projeto de Culinária Ritual - no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Marques (2019).

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

Figura 3 - Produção de cerâmica pelos alunos



Fonte: Marques (2019).

Figura 4 - Peças cerâmicas produzidas pelos alunos



Fonte: Marques (2019).

Figura 5 - Produção de cerâmica pelos alunos



Fonte: Marques (2019).

RODRIGUES MARQUES, Walter. O CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UFMA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE ARTE . **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 65, N. 65, p. 1-23, setembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

Figura 6 - Produção de cerâmica pelos alunos



Fonte: Marques (2019).

Como resultados dessa experiência com a cerâmica elucidamos que a aprendizagem se deu efetivamente (ver resultados da pesquisa em Marques, 2019), seja por meio do lúdico, seja como o diferencial do algo novo na sala de aula. Apontamos que nas artes visuais podem ser realizadas experiências com fotografia, vídeo, gravura, desenho e, tanto na música quanto no teatro, essas novas experiências sempre convidam os alunos a participarem com alegria e aproveitamento. É válido lembrar que os alunos trazem uma bagagem de conhecimento para a prática, relacionando seu cotidiano, sua ancestralidade para a sala de aula (neste caso, com a cerâmica). Foi isso que o experimento com a cerâmica trouxe para a escola – alegria, participação e aprendizagem.

Uma reflexão que fazemos sobre essa experiência com a cerâmica, é que possa também ser realizada com a fotografia, o cinema, a gravura e outras linguagens da arte. Essas são experiências exitosas e as instituições podem promovê-las por meio de formações continuadas, pois isso dinamiza a sala de aula e o professor que ensina, também aprende, uma vez que na graduação, esses conteúdos são vistos de forma apressada. Logo, formações continuadas em conteúdos práticos, favorecem muito a aprendizagem. Comprovamos isso em nossa pesquisa.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas supracitadas enfatizam a criação do curso de Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como uma demanda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71 que no Art. 7º traz a redação:

> Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de lº e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. (Brasil, 1971).

Para se cumprir a demanda e suprir a necessidade, teria que se criar cursos para formação de pessoal e foi nesse bojo que o curso da UFMA nasceu. E, conforme descrito acima, o curso de Educação Artística é um dos mais antigos da UFMA e não possui um programa de pós-graduação em nível de *stricto sensu* que seja fruto desse vasto tempo de sua existência.

Muito de seu corpo docente permaneceu como especialista, sendo poucos os que procuraram cursar mestrado e posteriormente doutorado. Uma possível hipótese que poderia ser sustentada para que o Curso de Educação Artística (base do Deart), não conseguisse propor e aprovar um mestrado, seria a baixa qualificação em nível *stricto sensu*. No entanto, o Curso de Educação Artística muda de nomenclatura em 2010 para tornar-se Artes Visuais. Possui 15 professores, sendo 8 doutores permanentes[12], 4 mestres (2 são doutorandos), 2 especialistas (dos quais 1 é mestrando e o outro defendeu sua dissertação no dia 16 de maio de 2024) e, 1 doutor como professor substituto (DEARTV/UFMA, NP). O que falta então para que um curso da década de 1970 que continua funcionando e com um expressivo número de professores doutores, proponha um mestrado?

Um segundo ponto discutido foi como os egressos do curso de Educação Artística desenvolveram sua atuação docente e que reflete sobre sua prática e formação, o que leva a uma certa preocupação com a carreira docente. Uma das preocupações é com a abertura de editais para professor do curso fora da habilitação específica, o que não se verifica em outras áreas, que são inclusive

[12] De acordo com a página do DEARTV (antigo DEART, pois Música e Teatro já se desmembraram) são 8, porém, a página não atualizou 2 professores que já são doutores.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

protecionistas de seus pares e que valorizam as “pratas da casa”. Obviamente, esse é um ponto delicado que precisa de maiores detalhes, mas já é algo preocupante quando se trata dos editais para a área de artes. Contudo, em música não se vê isso. Dois cenários se apresentam: Uma vaga para artes visuais em concurso público pede formação inicial em qualquer área do conhecimento e doutorado em artes visuais; ou, formação inicial em artes visuais e doutorado em qualquer área do conhecimento. A primeira situação é inconcebível.

Cabe, portanto, à área das artes visuais, a devida crítica para o rumo e consequência que essa abertura pode direcionar/causar.

Muitos pontos são sensíveis no tocante ao ensino no Maranhão, sobretudo no que se refere à arte. A disciplina Arte vem de longe sendo combatida e menosprezada no âmbito do currículo, por gestores e professores. Muito provavelmente, por ignorância, por falta de conhecimento, pois aprenderam que de nada servia e continuam a reproduzir tal perspectiva. Não se pretendeu aqui elaborar um texto rigoroso, mas sim um texto fluido, que pudesse provocar a reflexão nos colegas da arte, sobretudo. O que não impede que os teóricos do currículo, os gestores educacionais, os secretários de educação e quiçá, ministros da educação não possam acessar e se sensibilizarem com esta reflexão.

Partiu-se da arte assentada na Universidade Federal do Maranhão como formadora de professores qualificados para atuarem nas salas de aula do Maranhão, mas não só. O que se apontou foi que a UFMA é um ponto convergente de formação de profissionais para atuarem como tal, nas salas de aula. Destaca-se também o quanto uma área de conhecimento sofre preconceitos nos mais variados espaços do território maranhense, considerando o vastíssimo leque de manifestações culturais e artísticas que o Maranhão possui. Por que a arte é tão desvalorizada na “Atenas brasileira?”. A referência é provocativa no sentido de pensar um estado rico em música, teatro, danças, mitos, ritos e lendas, com uma leva de artistas nas mais variadas linguagens em um passado não tão distante assim como na atualidade, pode tratar a arte dessa forma.

Complexo é responder ao questionamento do artigo sobre o porquê um curso iniciado na década de 1970, o qual formou tantas mentes para lidarem com a arte e seus contextos, não tenha se firmado no campo de atuação acadêmica com programas *stricto sensu*. Apesar de um corpo docente altamente gabaritado no

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

campo das artes plásticas (visuais), não tenha conseguido ampliar os horizontes da formação docente nos níveis de mestrado e doutorado. É uma questão a ser pesquisada, pois habilitações mais recentes da área e no mesmo espaço já alçaram voo. O Teatro já possui mestrado. Dessa forma, a pergunta permanece em aberto, pois o que se pode é inferir que falta vontade dos professores enquanto corpo docente. Todavia, há uma questão institucional que precisa ser considerada.

A reflexão se volta para o campo da formação e atuação em artes plásticas (artes visuais), contudo, não se fecha em discutir apenas este campo, mas dialogar com a área de arte e suas implicações no território maranhense.

Pensar a carreira docente é capital nesse momento de tantas incertezas e invasão de nossa área de arte por "forasteiros" e de formação diversa. Marques *et al*. (2023) discutem a importância do profissional docente como agente de transformação e como esse profissional tem sofrido inúmeros ataques, seja institucional, seja por parte da sociedade. E assim nos sentimos: desrespeitados, invadidos em nossa área. Embora não haja tempo hábil para essa discussão, deixamos aqui, o prelúdio para futuros trabalhos. Todas as áreas se protegem e protegem os seus. No caso da área de visuais, parece terra de ninguém – todos se acham artistas/professores capazes – e com isso, acham que podem opinar e nela atuar. Infelizmente, falta-nos união e uma certa dose de corporativismo, pois as outras áreas assim o fazem.

Referências:

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. – 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ATAIDE, Cleyson Rodrigues; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. CAMINHOS HISTÓRICOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM ARTE E MÚSICA. **Revista da FUNDARTE**, *[S. l.]*, v. 58, n. 58, p. e1310, 2024.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **A imagem no ensino de arte**: anos 1980 e novos tempos. 8. ed. (2. reimpr.) - São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** arte. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p. (Ensino de 1ª a 4ª série). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf. Acesso em: 15/01/2025.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 116p. (Ensino de 5ª a 8ª série). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf. Acesso em: 15/01/2025.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, **de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. **Lei no 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm. Acesso em: 15/01/2025.

Brasil (2013). **Avaliação Trienal 2013 (Documento de área 2013).** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artes_Musica_doc_area_e_comisso_16out.pdf. Acesso em: 18/07/2023.

CHIARELLA, Tatiana *et al.* A Pedagogia de Paulo Freire e o Processo Ensino-Aprendizagem na Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 3, p. 418–425, jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. trad. - Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

LEITE FILHO, Deusdédit Carneiro. Cerâmica: perpetuando o nosso saber ancestral. In: NUNES, I. A (org). **Olhar, Memória e Reflexões sobre a gente do Maranhão**. Comissão Maranhense de Folclore. São Luís, 2003. p. 295-299.

NASCIMENTO, Francisca Maria Lopes. **Música popular maranhense no ensino médio: um estudo pré-experimental com estudantes de Arte do Centro de Ensino Manoel Beckman em São Luís-MA.** 224 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

MARQUES, Walter Rodrigues. **A CERÂMICA NO ENSINO DE ARTES VISUAIS: Um estudo no Centro de Ensino Paulo VI em São Luís (MA)**. 240 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

MARQUES, Walter Rodrigues; ROCHA, Viviane Moura da; DINIZ, Maria de Jesus dos Santos; MONTEIRO, Thainara Coelho. Arte-educação informal no Cafua das Mercês. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, ano 2020, v. 6, n. 9, ed. 9, p. 64470-64480, 2 set. 2020.

REVISTA DA FUNDARTE

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

MARQUES, Walter Rodrigues. Mediação cultural e Arte/Educação não-formal na Cafua das Mercês. **Revista Bibliomar,** v. 20, n. 2, p. 113–139, 30 dez. 2021.

MARQUES, W. R.; QUADROS JÚNIOR, J. F. S. de.; NASCIMENTO, F. M. L. M.; ROCHA, L. F. de B. V.; FERREIRA, J. O. S.; COSTA, F. das C. S.; CÂMARA, D. M. M.; CANTANHEDE, M. V. N. As mestiçagens da arte e os cruzamentos experienciais das linguagens artísticas das atividades cotidianas na escola **Brazilian Journal of Development,** [S. l.], v. 7, n. 3, p. 32394–32406, 2021.

MARQUES, Walter Rodrigues; ROCHA, Viviane Moura da; SILVA, Ana Cristina Souza; FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; SANTOS, Edna Costa Oliveira dos; GARCEZ, Deniane de Araújo; SANTOS, Kátia Regina Pereira Rocha dos; NASCIMENTO, Suzana Pinheiro. Visual Arts and teaching Knowledge. **Concilium,** v. 23, n. 12, 2023.

MELO, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e *et al*. Editorial. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-6, dez. 2018.

PREFEITURA DE ATIBAIA. **Palestra: Libertar o futuro** / **Professor Doutor António Nóvoa**. 8 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RkyZphyUFEQ. Acesso em: 16/05/2024.

ROCHA, Maira Tereza Gonçalves; MARQUES, Walter Rodrigues. Subsídios para uma reflexão crítica sobre a formação de professores de artes no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 7, n. 4, p. 39018–39032, 2021.

SCHAEFFER , Pedro Schneider; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A inserção da educação musical nas escolas de educação básica de Teutônia/RS. **Revista da FUNDARTE**, *[S. l.]*, v. 62, n. 62, p. e1460, 2024.

SCHLICHTA, Consuelo. **Arte e educação:** há um lugar para a Arte no ensino médio? Curitiba: Aymará, 2009.

SELBACH, Simone. **Arte e didática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOARES, Herbia Araujo; BARROS, Luciana Silva Aguiar Mendes. Tecnologias da informação e comunicação na formação inicial do professor de arte: um estudo sobre currículo de artes visuais da UFMA. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 185–203, 2022.

SOLDERA, Lucas Martins. Precarização e sofrimentos: para além de uma editoração. **Psicologia em Estudo**, v. 26, p. e61595, 2021. Acesso em: 14 jan. 2025

SILVA, Katricyane de Maria Santos da. **Formação do professor de artes**: um olhar sobre o município de Araioses, MA. Monografia (Graduação) – Curso de Linguagens e Códigos. Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2016.

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

TOURINHO, Irene. Transformações no ensino de arte: algumas questões para uma reflexão conjunta. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino de arte.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **DEARTV (Departamento de Artes Visuais).** Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=851&lc=pt_BR. Acesso em: 14/01/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Histórico da UFMA**. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf. Acesso em: 13/01/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Histórico do DEART**. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44674. Acesso em: 13/01/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Resolução n. 125-CONSUN, de 24 de maio de 2010**. (Criação do Curso de Artes Visuais em substituição do Curso de Educação Artística). Disponível em: http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/eRus01suT5NuCWY.pdf. Acesso em: 24/06/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais 2010.** Ministério da Educação. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. NDE, 2010. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=320361&key=048aa35aa0354adbb1a394467b6f578c. Acesso em: 20/02/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais 2017**. Ministério da Educação. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. NDE, 2017. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=320361&key=048aa35aa0354adbb1a394467b6f578c. Acesso em: 20/02/2021.

Recebido em:17/05/2024 .
Aceito em: 15/01/2025 .
Editor responsável: Júlia Maria Hummes

V. 65, N. 65 (2025)
ISSN 2319-0868

Walter Rodrigues Marques
Doutorando em Educação pelo PPG de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), com doutorado-sanduíche na Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica, pelo PPG de Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão (PPGEEB/UFMA. Licenciado em Educação Artística - Artes Plásticas (UFMA, 2012). Professor de Arte do Estado do Maranhão. Membro do Grupo de Pesquisa GPARTEDU: Grupo de Pesquisa Arte na educação, na formação de professores e no currículo escolar (FEUSP). Pesquisa: indígenas e o contato; educação em museus; arte/educação; arqueologia/antropologia; cerâmica; artes visuais; tecnologias na educação.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8744-2180
E-mail: waltermarques@usp.br

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/

RODRIGUES MARQUES, Walter. O CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UFMA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE ARTE . **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 65, N. 65, p. 1-23, setembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br